

Sumário



Conferência Nacional das Cidades
Espírito Santo na Conferência Nacional das Cidades 5

Entrevista
Arquiteta Ermínia Maricato, Ministra Adjunta das Cidades 6 e 7

Notícias do Crea
Projeto da nova sede do Crea exposto em Bienal Internacional 8
Qualifor começa a mudar as rotinas das empresas 9
Engenheira ganha prêmio na Feira do Verde 10
Seminário Interestadual de Georeferenciamento 11
Novo sistema de informática dinamiza rotinas de trabalho 12



Entidades
AEFES, IAB, IBAPE, SEE, SEEA, SENGE, SINTEC 13

Matéria de Capa
Sistema portuário capixaba acompanha o crescimento da economia regional 14 a 17



Matéria Especial
Patente: instrumento necessário aos inventores 18 e 19

Prodesan
Obras são entregues à população 20

Eleição na Ufes
Engenheiro e Arquiteto disputam a Reitoria 21

Pesquisa e Conhecimento
Aluno de Geografia da Ufes representa o ES na França 22
Estudantes de Arquitetura lançam livro de poesias 23



Boa Idéia
Engenheiro Florestal desenvolve projeto em área indígena 24

Comunicação
Site do Crea supera expectativas de acesso 25

Emissão de ARTs
Consulta de processos e débitos
Emissão de certidões de registro e quitação
Últimas notícias das áreas ligadas ao Crea
Cursos e eventos promovidos pelo PEC
Revista Tópicos on-line
Atualização de seus dados cadastrais
Acesso à documentação e formulários

www.creaes.org.br

REVISTA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Endereço: Av. Cesar Hillal, 700, 1º andar, Bento Ferreira, Vitória-ES - CEP 29052.232 - Tel. (27) 3334-9900 Fax: (27) 3324-3644 E-mail: creaes@creaes.org.br www.creaes.org.br

**CREA-ES
DIRETORIA
PRESIDENTE:**

Engº Eletricista **Silvio Roberto Ramos**

VICE-PRESIDENTE:

Engº Civil **Paulo Roberto Santos**

1º TESOUREIRO:

Arquiteta **Patrícia Cordeiro**

2º TESOUREIRO:

Téc. Agrícola **Dario Antonio de Almeida**

1º SECRETÁRIO:

Engº Civil **Marco Antonio Barbosa da Silva**

2º SECRETÁRIO:

Engº Agrônomo **Paulo César da Silva Lima**

**CÂMARAS
ENGENHARIA CIVIL**

Engº Civil **Radegaz Nasser Junior**

**ENGENHARIA
AGRONÔMICA**

Engº Florestal **Álvaro Garcia**

ARQUITETURA

Arquiteto **Alexandre Cypreste Amorim**

**ENGENHARIA
INDUSTRIAL**

Engº Ind. Mecânico **José Carlos de Assis**

**ENGENHARIA
ELÉTRICA**

Engº Eletricista **Antonio Carlos**

Camara de Bakker

COMISSÃO DE ÉTICA

Arquiteto **Alexandre Cypreste Amorim**

INSPETORIAS

Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373

Colatina (27) 3721-0657

Linhares (27) 3264-1781

POSTOS DE ATENDIMENTO

Vila Velha (27) 3239-3119

São Mateus (27) 3763-5929

**REVISTA DO CREA
CONSELHO EDITORIAL**

Silvio Roberto Ramos

Ronaldo Oakes

Alcione Vazzoler

Fábio Pimentel

Alexandre Cypreste Amorim

Álvaro Garcia

José Antonio do Amaral Filho

Paulo Roberto Santos

Ruth Reis

**GERENTE DE COMUNICAÇÃO IMAGEM E
RELACIONAMENTOS**

Jornalista Ronaldo Oakes de Oliveira

**CONSULTORA DE COMUNICAÇÃO IMAGEM
E RELACIONAMENTOS**

Jornalista Alcione Vazzoler

REPORTAGEM:

Alcione Vazzoler, Ruth Reis,

Izabella Salazar, Fabrício Ribeiro,

Paula Stange, Iara Bragato,

Raiany Brito, Flávio Gonçalves,

André Taquetti, Cláudio Castro

FOTO DA CAPA

Arquivo Codesa

EDITORAÇÃO

Equipe de Comunicação do CREA-ES

FOTOLITO

Gráfica Resplendor

GRÁFICA

Gráfica Resplendor

TIRAGEM

17 mil exemplares

Investimentos necessários

Embora conte com uma boa infra-estrutura portuária e estejam sendo feitos investimentos em meios alternativos de navegação de cabotagem para o escoamento da produção, como o transporte marítimo de madeira por barcaças e empurradores feito pela Aracruz Celulose, o Espírito Santo precisa urgente e continuamente de investimentos na tecnologia portuária.

O sistema portuário do Estado, formado pelos portos de Vitória, Praia Mole, Barra do Riacho, Tubarão, Ubu e Regência, respondeu em 2002, pelo escoamento de 29% das mercadorias que passaram pelos portos do país. A receita financeira gerada por esse escoamento gira em torno de 9% de tudo o que foi arrecadado no país naquele ano.

Esses bons resultados, é bom que se diga, foram conseguidos com por-

tos cujos berços de atracação vão de 7 a 11 metros de profundidade hoje em dia, o que inviabiliza o recebimento de grandes navios. Para sanar essa dificuldade, é imperativo que se invista em dragagem dos portos, para aumentar o seu calado, como a que já está prevista para o porto de Barra do Riacho, que está estimada em R\$ 56 milhões, e que poderá aumentar a profundidade máxima de 11,8 metros para 16,5 metros.

Com medidas como essa, o Espírito Santo poderia aumentar ainda mais a sua participação no bolo nacional e adquirir competitividade com portos mais modernos, como o de Santos, que é o primeiro em movimentação de mercadorias do país. Esse investimento representaria um salto de qualidade ainda maior para o Espírito Santo, o estado campeão de crescimento industrial no Brasil, em 2002.

CARTA DO LEITOR

**Prezado Sr. Pres. do
Crea-ES, Eng. Eletricista
Silvio Roberto Ramos,**

Agradeço a lembrança do envio da Revista Tópicos, ano V, nº 23 (março/abril). Com boas matérias informativas e bem editoradas, a revista cumpre um importante papel de divulgação da exemplar atuação que o Crea-ES vem apresentando a sociedade capixaba.

**Votos de contínuo
sucesso,**

**Vereadora Neuza de
Oliveira
Câmara Municipal de
Vitória**

**À Equipe de Comunicação
do Crea-ES**

Em nome da Associação dos Ex-Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa-ES, agradecemos ao CREA-ES, através de sua Equipe de Comunicação, pela atenção e dedicação, quando da divulgação do 6º Encontro de Ex-Alunos no Site e Revista do Crea-ES - TÓPICOS, de nº 24, o que com certeza muito contribuiu para o sucesso de nosso evento.

Atenciosamente

**Jussara Maria Dalcolmo
Tononi - Presidente
José Luiz Pôncio Tristão -
Secretário**

Senhor presidente,

Acusamos o recebimento da Revista Tópicos - Ano V nº 24, na oportunidade agradecemos, parabenizamos e renovamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

**Admª Maria Luiza
dos Santos Vellozo**

**Presidente
CRA/ES nº 1481**

ES está preparado para Conferência Nacional das Cidades

Já está definida a delegação do Espírito Santo que representará o estado na Conferência Nacional das Cidades, de 23 a 26 de outubro, em Brasília.

A equipe foi escolhida durante a I Conferência Estadual das Cidades, realizada nos dias 11 e 12 de setembro em Vitória (ES). O Espírito Santo foi o estado do país em que houve o maior número de conferências municipais. Estiveram presentes na Conferência Estadual 637 delegados e 317 observadores, representando 63 municípios.

Durante os trabalhos, os participantes debateram questões relacionadas à criação de uma política urbana para o Estado e fizeram propostas para o documento nacional de política urbana, a ser elaborado na Conferência Nacional.

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, que esteve presente à abertura da Conferência Estadual, definiu a situação das cidades brasileiras: “precisamos inverter a lógica da construção injusta e desigual das cidades, que exclui milhares de pessoas de uma vida digna”, afirmou.

Segundo ele, o governo federal, através do Ministério das Cidades, tem

como objetivo suprir a carência de 6,6 milhões de moradias do país. Desse total, 84% serão destinadas a famílias que recebem até 3 salários mínimos, sendo os recursos necessários distribuídos através da Caixa Econômica Federal.

O documento referencial distribuído aos participantes da conferência e disponível no site www.ipes.es.gov.br foi elaborado pelos técnicos do Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES, Cohab, Ceturb, Detran, Cesan e Iema.

O documento forneceu subsídios para a formulação das propostas aprovadas pelos participantes, evidenciando particularidades demográficas, econômicas e espaciais da rede estadual das cidades, divididas em cinco eixos temáticos: Programas Urbanos; Habitação; Saneamento Ambiental; Trânsito; Transporte e Mobilidade Urbana.

Para o Secretário de Desenvolvimento, Infra-Estrutura e Transportes do Estado e presidente do CREA-ES, Engenheiro Eletricista Silvio Ramos, a contribuição dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA foi fundamental para

enriquecer os debates. “Os conselheiros, inspetores, inspetores adjuntos e demais profissionais estiveram presentes em todos os espaços da Conferência e isso mostra a nossa importância para o desenvolvimento da sociedade capixaba”, destacou Ramos, que foi eleito durante a plenária da Conferência Estadual e será um dos delegados do estado na Conferência Nacional das Cidades.

O Engenheiro Civil Luiz Fernando Fiorotti, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo, destacou a importância da participação do Crea-ES, Senge-ES e da Sedit na organização da Conferência. “Nós conseguimos contribuir com informações que puderam definir as questões centrais para cada um dos eixos debatidos”, afirmou.

Durante a plenária final da conferência estadual foram aprovados princípios, diretrizes e prioridades de ação, tanto para o governo estadual quanto para o governo federal, em relação as políticas urbanas. Abaixo, a relação dos delegados do Espírito Santo para a Conferência Nacional das Cidades.

Delegados Capixabas para Conferência Nacional das Cidades

Lista dos Delegados eleitos na plenária final da Conferência Estadual das Cidades e que representarão o estado na Conferência Nacional das Cidades, em Brasília, nos dias 23 a 26 de outubro.

| | | | |
|---------------------------------|------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Silvio Roberto Ramos | Executivo Estadual | Edis Antônio Laurindo | Movimentos Sociais |
| Hermes Afonso Guimarães | Executivo Estadual | Edson Wander Resende | Movimentos Sociais |
| José Carlos Oliveira | Executivo Estadual | Eliomar Correa de Jesus | Movimentos Sociais |
| Carlos Castiglione | Legislativo Estadual | José Stein | Movimentos Sociais |
| Janete de Sá | Legislativo Estadual | Jurandir Alves Pedroso | Movimentos Sociais |
| Antonio Manoel Barros Miranda | Executivo Municipal | Luiz Carlos Temporim | Movimentos Sociais |
| Dámaso Mendes Rangel | Executivo Municipal | Maria Clara da Silva Pereira | Movimentos Sociais |
| Hélio Pettene | Executivo Municipal | Maria da Glória Rosa Miranda | Movimentos Sociais |
| Luiz Carlos Marques dos Santos | Executivo Municipal | Paulo Robson Neves Netto | Movimentos Sociais |
| Magno Pires da Silva | Executivo Municipal | Paulo Sérgio Brandão | Movimentos Sociais |
| Moacir Durães da Silva | Executivo Municipal | Rodolfo Daniel Braga | Movimentos Sociais |
| Lilian de Oliveira Balardino | Executivo Municipal | Sebastião Vicente de Oliveira | Movimentos Sociais |
| João Antônio Nunes Loureiro | Legislativo Municipal | José Luiz Pazito | Movimentos Sociais |
| Delurdes Costa Miranda | Legislativo Municipal | Augusto Alvarenga | Entidades Profissionais / ONG |
| Genivaldo José Lievore | Legislativo Municipal | Christine Valpassos Renter Rocha | Entidades Profissionais / ONG |
| Antônio C. Brandão de Alencar | Concessionário Público | Maxwel Assis de Souza | Entidades Profissionais / ONG |
| Arlison da Luz Mendes | Concessionário Público | Aristóteles Passos C. Neto | Entidades Profissionais / ONG |
| Carlos Fernando Martinelli | Concessionário Público | Patrícia Marques Gazola | Entidades Profissionais / ONG |
| Marcelo Ferraz Goggi | Concessionário Público | Adaisson Freire da Costa | Trabalhadores |
| Guerino Dalvi | Concessionário Público | Erci Carlos Nicolau | Trabalhadores |
| Ildeu Linhares Jr. | Empresário | Ilka Rodrigues Barcelos | Trabalhadores |
| José Eduardo Kossatz de Berredo | Empresário | José Carlos Nunes da Silva | Trabalhadores |
| Luciano Travaglia | Empresário | José Geronimo Brumatti | Trabalhadores |
| Manoel Wanderley de Oliveira | Empresário | | |



Arquiteta Ermínia Maricato, Ministra Adjunta do Ministério das Cidades

“Vamos unificar esforços para dar novo rumo às cidades”

A Secretária Executiva e Ministra Adjunta do Ministério das Cidades Arquiteta e Urbanista Ermínia Maricato falou com exclusividade no dia 29 de setembro à Revista Tópicos sobre as políticas urbanas do governo federal. Ermínia Maricato é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e ex-Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo. Desde janeiro deste ano, faz parte do Ministério das Cidades que promove entre os dias 23 e 26 de outubro a Conferência Nacional das Cidades.

O que significa a criação do Ministério das Cidades para as políticas urbanas do Governo Federal?

A criação do Ministério não tem implicação apenas para as políticas urbanas do ponto de vista da administração federal. A idéia é que nós consigamos unificar os esforços dos entes federativos - municípios, estados e governo federal - e mais a sociedade civil, com os setores sociais organizados, empresas, universidades etc, para que consigamos alguns rumos unificados para a Política de Desenvolvimento Urbano para o Brasil. Trata-se de uma unificação dos esforços num mesmo sentido, respeitando, evidentemente, a diversidade regional e urbana no Brasil.

O Brasil tem 82% da população residindo nas cidades, uma carência de 6,6 milhões de moradias, 15 milhões de moradias inadequadas. Diante desse quadro, o que o Ministério pretende fazer nesses quatro anos?

Essa carência tem causa e esta é uma das questões que o Ministério está

enfrentando. Não, simplesmente, construindo novas moradias, o que é fundamental, mas também recuperando áreas degradadas, regularizando áreas ocupadas irregularmente e recuperando áreas de risco. Mas é fundamental, também, reverter o modelo de produção dessa exclusão, que é a produção de favelas. Estamos elaborando um novo sistema nacional de habitação, com novos programas, partindo dos já existentes, mas que não poderá ser desvinculado da política imobiliária e fundiária urbana, que é de competência estritamente municipal, de acordo com a Constituição de 1988. Nós pretendemos fazer uma articulação entre a produção de moradia, a política fundiária e imobiliária, por meio de um plano diretor, que aplique o Estatuto das Cidades e a infra-estrutura, especialmente nas áreas de saneamento e transportes urbanos.

O orçamento do Ministério das Cidades para este ano é suficiente para a realização de todos os projetos? Quais os principais projetos?

O orçamento do Ministério para investimento em 2003 é de R\$ 310 milhões. É evidente que não é suficiente, mas temos também recursos a fundo perdido. Se somarmos todos os recursos para habitação, incluindo os fundos - FAR, FGTS, FAT - são R\$ 5,3 bilhões. No caso do saneamento, R\$ 1,4 bilhão. Mas, além do dinheiro, é preciso concentrar esses investimentos na população onde se concentra o déficit habitacional, que é aquela com renda de até três salários mínimos. Nossa proposta é fazer um “mix” de recursos entre os fundos que são onerosos e os recursos a fundo perdido.

Qual a importância e como funciona o Plano de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH-, que pretende beneficiar as famílias que recebem até 3 salários-mínimos?

Esse programa nasceu na Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda e nós estamos tentando negociar um novo entendimento sobre ele. Quando ele foi formulado, o Ministério das Cidades não existia e realmente nós queremos levar a sério a nossa competência na formulação da política urbana: habitação, saneamento e transportes. Por isso estamos em uma situação de revisão do PSH.

Segundo números do Censo 2000, existem em todo país mais de 5 milhões de imóveis vazios ou fechados. Em que consiste o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, lançado em julho deste ano?

Nós firmamos uma parceria com a Caixa Econômica Federal, solicitando ao IBGE uma pesquisa mais “fina” sobre esses imóveis vazios em áreas centrais. Nós gostaríamos muito de conhecê-los, saber por que eles estão vazios, quais são os problemas? O que fazer, na verdade, como política para devolvê-los ao mercado? Evidentemente, em algumas cidades o número é tão grande, que o impacto é igualmente grande sobre o custo da moradia e o mercado imobiliário. O Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais pretende trazer, como o próprio nome diz, uma vida nova para as áreas centrais urbanas com a diversidade de uso, mas garantindo a moradia, para que essas áreas não se esvaziem à noite. Temos aqui uma parceria com o Programa

Monumenta, do Ministério da Cultura, porque, nas áreas urbanas centrais, o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico é, em geral, significativo.

O Presidente Lula anunciou um investimento para área da habitação no valor de R\$ 5,3 bilhões para este ano. Como estão sendo feitos esses investimentos? Quantas unidades habitacionais já estão em construção?

De acordo com nosso levantamento mais recente, de 14 de setembro, o volume de contratações chegou a R\$ 2,596 bilhões, com cerca de 170 mil unidades em construção e estimativas de beneficiar uma população de 1,2 milhão e geração de 470 mil empregos. As tendências ainda continuam as mesmas anteriores, com alguma reversão. Conseguimos fazer algumas modificações nos programas, como, por exemplo, ampliar o contrato de imóveis na planta e, principalmente, ampliar o contrato de imóveis para as famílias com renda abaixo de quatro salários mínimos. Nos anos anteriores 80% do FGTS foram aplicados junto à população de maior renda, acima de 5 salários mínimos. Este ano os dados já mostram uma pequena inflexão desta tendência e nós pretendemos, evidentemente, uma reversão muito maior. Nós vamos fazer uma revisão grande da aplicação do FGTS dissociando os subsídios, que hoje são diluídos em todos os programas, na maior parte das faixas de renda.

Mais de 60 milhões de pessoas em todo o país não têm acesso ao esgotamento sanitário. O que o Ministério pretende fazer com relação a essa questão?

O Ministério está revendo toda a política nacional de saneamento, através de um grupo de trabalho interministerial, sob nossa coordenação. O grupo também trabalha a formulação de um novo marco regulatório na área de saneamento. Enquanto isso, nós formulamos, para o próximo PPA, uma racionalização das ações do governo federal na área de saneamento, que se espalham por vários ministérios e outros órgãos, especialmente os ligados às áreas da Saúde, Meio Ambiente e Integração Nacional, junto com BNDES e Caixa Econômica Federal.

O país tem um outro sério problema ambiental que é o destino do lixo produzido nas grandes cidades. Quais as políticas do Ministério para amenizar esse problema?

Nossa política de resíduos sólidos pretende mudar o modelo de gestão vigente, com a erradicação total dos lixões e a promoção de aterros sanitários, através de ajuda aos municípios nas ações físicas, mas também com ênfase para a inclusão social do catador de lixo, através de sua formação como trabalhador na coleta seletiva e na reciclagem do lixo. O projeto piloto envolve 10 municípios: Belford Roxo (RJ), Olinda (PE), Timóteo e Coronel Feliciano (MG), Aracaju, Natal, Campina Grande (PB), Aguazinha (BA), Cururupu (MA) e Manicoré (AM). Outra política importante é a realização, pela primeira vez, do mapeamento do setor de resíduos sólidos, a fim de inseri-lo dentro do SNIS, o Sistema Nacional de Informações em Saneamento. A coleta das informações referente ao ano de 2002 já foi realizada e o primeiro diagnóstico sai no ano que vem.

A cada ano ocorrem em todo o país 300 mil acidentes automobilísticos que representam um custo de R\$ 10 bilhões. Qual o objetivo do Programa de Educação de Cidadania no Trânsito, lançado em julho deste ano?

O programa é dirigido pelo Denatran, que neste governo está sob nossa alçada. Quando se trata de acidentes de trânsito o que temos são números de guerra civil, que se aproximam das mortes por homicídios: são 300 mil acidentes automobilísticos, com cerca de 30 mil mortos por ano. Há muito pouca consciência na sociedade sobre o que significa o perigo de andar pelas ruas e o do mau uso do automóvel. A idéia é ampliar o nível de consciência, mudar procedimentos e, especialmente, comportamentos. Nós temos o objetivo de trabalhar junto às crianças nas escolas.

O ES tem um déficit habitacional de 135 mil moradias. Quais projetos do Ministério poderão contribuir para solucionar este problema?

Principalmente os voltados para a população de baixa renda, como o Programa de Subsídio à Habitação de

Interesse Social (PSH), e o Habitar Brasil-Bid.

Quais projetos e recursos já foram ou serão destinados ao Estado do Espírito Santo ainda este ano?

O Ministério das Cidades reempenhou, em 2003, R\$ 1,490 milhão relativos a 19 obras paradas em 2001, e R\$ 3,199 milhões relativos a 15 obras paradas em 2002. Todas são obras de saneamento e habitação, realizadas dentro dos programas já existentes do Ministério, com orçamento próprio. O total desembolsado com recursos próprios foi de R\$ 4,689 milhões. No âmbito do FGTS, foram gastos R\$ 67,937 milhões, dos quais R\$ 46,607 milhões com habitação e R\$ 21,330 milhões com saneamento. O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) está investindo R\$ 2,421 milhões e beneficiará 691 famílias; o PAR - Programa de Arrendamento Residencial - investiu R\$ 76,1 milhões e beneficiará 3.498 famílias.

Qual a importância da participação dos profissionais do Sistema Confea/Crea na Conferência Nacional das Cidades e nos demais projetos do Ministério das Cidades?

É muito grande, pois nós temos que criar no Brasil um novo profissional, sem dúvida nenhuma, e as entidades profissionais têm um papel muito importante. As universidades não estão totalmente preparadas para formar profissionais que consigam trabalhar, por exemplo, com as áreas degradadas. Nós não temos recursos para fazer a remoção de todas as famílias que estão nessas áreas e nas favelas, que estão se adensando fortemente. Este novo profissional, não vai ser só mais versátil, menos especializado em alguma área muito específica, ele vai ter que saber trabalhar com a população, vai ter que trabalhar soluções econômicas, porque nós precisamos reduzir o custo da produção das cidades e da recuperação, também, da cidade degradada. É muito importante que a gente trabalhe na formação de um novo profissional. Eu acho que o CONFEA e os Creas estão nos ajudando muito na Conferência Nacional das Cidades, que vai exatamente neste sentido, o de criar um debate na sociedade, formar essa consciência de conhecimento.

Projeto da nova sede do Crea exposto em Bienal Internacional de Arquitetura

O projeto para a nova Sede do CREA-ES, de autoria dos Arquitetos André Luiz Prado, Bruno Santa Cecília e Humberto Hermeto, esteve exposto na mostra coletiva de projetos de arquitetura da 5ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.

O painel, montado no Parque do Ibirapuera, em São Paulo (SP), expôs através de imagens, maquete e texto como foi elaborado o projeto vencedor do concurso realizado para a nova sede do Conselho.

No dia 30 de setembro, os arquitetos assinaram o contrato para execução do anteprojeto e do projeto executivo arquitetônico, bem como de todos os projetos complementares, que têm o prazo de 150 dias para serem concluídos.

A pedido da Diretoria do Crea-ES, e consentido pelos autores, os projetos complementares serão elaborados por profissionais capixabas.



ANDRÉ LUIZ PRADO

Crea-ES é o único do país a ter inspetores adjuntos

Tomaram posse no dia 19 de agosto os Inspectores Adjuntos do Crea-ES, que irão representar o Conselho junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, aos profissionais e às comunidades de várias localidades do Espírito Santo. O Crea-ES é o primeiro Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do país a adotar a representação regional de profissionais.

Os Inspectores Adjuntos terão a função de orientar os profissionais e empresas em relação à regulamentação e o cumprimento da legislação profissional; repassar ao Crea informações de demandas e necessidades; representar institucionalmente o Conselho junto aos poderes instituídos, aos movimentos sociais, aos profissionais e à sociedade; acompanhar a atuação dos profissionais na região, repassando ao Crea as demandas dos profissionais e da comunidade; realizar periodicamente reuniões na Inspetoria Regional para discutir os problemas de cada cidade.

A criação da figura do Inspetor Adjunto foi uma proposta apresentada pelo atual presidente do Conselho, Eng. Eletricista Silvio Ramos, em seu programa de trabalho quando do processo eleitoral, visando integrar às ações do Crea os profissionais que exercem suas atividades fora da Grande Vitória e das sedes das Inspetorias Regionais.

Simpósio do papaya coloca ES como referência nacional



Resgatar e proporcionar um fórum de discussão para o cultivo do mamoeiro no Brasil, destacando o Espírito Santo como um dos principais produtores da fruta é o objetivo do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos (SEEA) ao realizar, entre os dias 19 e 21 de novembro, o Simpósio do Papaya Brasileiro, no Hotel Porto do Sol, em Vitória.

A cultura do mamão está presente na maioria dos estados brasileiros, abrangendo uma área de aproximadamente 30 mil hectares e produção estimada de 1,6 milhão de toneladas por ano. Isso torna o país o maior produtor mundial de mamão *Carica papaya L.* Espírito Santo e Bahia são os produtores mais importantes, respondendo por mais de 70% da área cultivada e da produção nacional.

O presidente da comissão organizadora do Simpósio, Eng. Agrônomo David Martins, informa que embora

o mamão tenha aumentado significativamente sua participação na exportação brasileira de frutas secas nos últimos anos, estando entre as seis mais importantes com 21,6 milhões de dólares, representando cerca de 10% do total de frutas frescas exportadas. O volume ainda é pequeno, menos de 4,3% do total exportado e inferior a 2% do que o país produz.

“Os temas relacionados à comercialização, logística de transporte e distribuição da fruta, fatores de produção que interferem na qualidade e conservação do fruto e ampliação de mercados serão abordados no Simpósio. Haverá também um espaço para apresentação de trabalhos técnico-científicos, que vêm sendo desenvolvidos nas diferentes instituições de pesquisa do país”, explica Martins.

As informações estão disponíveis no site <http://www.incaper.es.gov.br/papayabrasil> ou nos telefones (27) 3137-9872 / 3223-1441.

Qualifor já apresenta resultados positivos

O Programa de Qualificação de Fornecedores da Construção Civil (Qualifor), um projeto do Crea-ES, realizado em parceria com o Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sindicon), já está dando bons resultados.

Segundo, a coordenadora do Programa, Cristina Sampaio, as empresas apresentam, de modo geral, bom desempenho no cumprimento das tarefas e estão conscientes de que este é o caminho mais seguro para atrair e manter seus clientes. “Os participantes têm valorizado a iniciativa do Crea-ES e do Sindicon de implantar um programa de qualificação das empresas do setor”.

Em outubro, o Qualifor completa sete meses de trabalho. Neste período, foram realizados um seminário de lançamento do programa e oito treinamentos de oito horas cada um, sobre os conceitos e práticas da norma ISO 9001:2000, além de dois diagnósticos de todas as empresas e seis visitas de consultoria.

No dia 25 de setembro, as empresas participantes visitaram a empresa Dacaza Incorporação e Construção Civil Ltda para conhecer a experiência de certificação do seu Sistema da Qualidade. “Foi um momento muito rico, uma vez que a Dacaza é uma referência de qualidade de padrão construtivo e atendimento a clientes, além de ter como foco estratégico o desenvolvimento de seus colaboradores”, ressalta Cristina Sampaio.

O Qualifor está promovendo a capacitação, o desenvolvimento e a qualificação de micro e pequenas empresas do Espírito Santo, registradas no Crea-ES, visando à melhoria da qualidade de seus produtos e serviços e ao fortalecimento de sua cadeia produtiva.

DEPOIMENTOS

O representante da Agrolab Análi-

ses e Controle de Qualidade Ltda, Eric Scardini, garante que o programa está ajudando a organizar os processos internos, utilizando instrumentos técnicos da qualidade. “A empresa está implantando o sistema de gestão da qualidade com base na Tecnologia de Informação, em formato de Intranet, que o torna mais consistente e flexível”, disse.

Segundo o representante da JBM Serviços e Representações Ltda, Dalton Romeiro Júnior, a certificação beneficia as empresas que participam do programa, principalmente em situações em que o cliente requeira certificação de qualidade. Isso é um diferencial na participação em concorrências. O mercado está cada vez mais exigente, inclusive os órgãos públicos”.

O representante da Cricaré Engenharia e Construções, Jones Cassoli, está confiante que, ao final do Qualifor, a empresa esteja em condições de requerer a certificação da qualidade segundo as normas ISO. Cassoli destaca a motivação dos funcionários. “Eles já estão notando as melhorias trazidas pela implantação do programa, o que os valoriza e motiva para desempenhar melhor suas funções”, constata.

O programa está qualificando dez empresas das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado. Nas próximas edições da Revista Tópicos, as outras empresas participantes apresentarão seus estágios de implantação do projeto.

De acordo com sorteio, o cronograma será o seguinte: na edição 26 serão ouvidos representantes das empresas Equilibrium Engenharia Ambiental Ltda, Domus Arquitetura Ltda e Concena Construções e Serviços; e na edição 27, as empresas Vitória Ambiental Engenharia e Tecnologia S/A, J Veiga Engenharia Ltda, Módulo Engenharia Ltda e Pró Engenharia e Arquitetura Ltda.



FLAVIO GONÇALVES

AGROLAB (ACIMA),
JBM (AO LADO) E
CRICARÉ (ABAIXO):
EMPRESAS
PARCIPANTES DO
QUALIFOR



Fiscalização do Crea-ES visita a Samarco

No dia 23 de setembro, o Crea-ES, dando continuidade ao programa Grandes Empresas, reuniu-se com gerentes da Samarco Mineração S.A., em Anchieta - ES.

O Gerente da Unidade de Fiscalização do Conselho, Engenheiro Mecânico Flavio Lobato La Rocca, ressaltou a importância da exigência legal de contratação exclusiva de profissionais e empresas de Engenharia devidamente registrados no Crea-ES, para a execução de atividades de manutenção, montagens e demais serviços abrangidos pela regulamentação.

La Rocca destacou a responsabilidade e importância que a Samarco Mineração dispensa à fiscalização profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, firmando o compromisso de exigir dos prestadores de serviços destas atividades a apresentação da Certidão de Registro e Quitação de Profissionais e Empresas para a participação de concorrências, bem como da Anotação de Responsabilidade Técnica na assinatura dos contratos.

Engenheira membro do Movimento das Águas ganha prêmio na Feira do Verde



A engenheira civil, e M.Sc. em Recursos Hídricos, Maria Helena Alves ganhou, na XIV Feira do Verde, realizada no mês de setembro, em Vitória, o Prêmio Tião Sá, na categoria Pesquisas Ambientais. A Engenheira é

Coordenadora Técnica do projeto "Sistemas de Informações Hidrológicas da Bacia do Rio Itapemirim", que resultou em uma "radiografia" dos recursos hídricos dos 17 municípios da bacia do rio Itapemirim. O resultado apresentado pelo projeto é uma referência para a captação de novos recursos a fim de corrigir os problemas diagnosticados.

"O projeto é a base para a construção de um modelo de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itapemirim e contemplou duas grandes metas: a criação de um cadastro de usuários, incluindo o cadastro de irrigantes, e o diagnóstico qualitativo dos recursos hídricos da bacia", explicou a engenheira.

O cadastro de usuários começou com pesquisas em órgãos seguido de trabalho de campo, com utilização de Sistema de Posicionamento Global (GPS). Em paralelo, foi gerada uma base cartográfica em ambiente SIG - Sistema de Informações Geográficas (SIG), criando-se, em seguida, um banco de dados a partir da digitação de todas as informações.

O diagnóstico qualitativo dos recursos hídricos foi realizado com a implantação de uma rede de monitoramento de qualidade da água, através da seleção de 41 pontos de amostragem. Foram realizadas cinco campanhas de monitoramento com a análise de parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos, além da análise de grupos químicos de agrotóxicos. Essas informações também foram lançadas em SIG.

Todos os resultados foram fornecidos aos municípios da bacia (16 do Espírito Santo e um de Minas Gerais) e aos parceiros do projeto.

O projeto foi desenvolvido pela Fundação PROMAR em convênio com o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), tendo como co-executores o

LCT/UFES e o INCAPER. Os parceiros do projeto são a SEAMA, SEAG, o Consórcio da Bacia do Rio Itapemirim, o CCA-UFES, e as dezessete prefeituras municipais que compõem a Bacia.

Além do Prêmio Tião Sá, o projeto SIHBRI, recebeu em 2002 o Prêmio Meio Ambiente da FINDES. Em outubro deste ano ficou entre os dois melhores trabalhos apresentados no II Seminário Espírito-Santense de Recursos Hídricos.



O STAND DO MOVIMENTO DE CIDADANIA PELAS ÁGUAS FOI UM DOS MAIS VISITADOS NA FEIRA DO VERDE, REALIZADA NO MÊS DE SETEMBRO, EM VITÓRIA. FORAM REALIZADAS OFICINAS DE TRANSFORMAÇÃO " FAÇA DO LIXO UM LUXO" , MINISTRADAS PELA PROFESSORA MARIA DE FÁTIMA SANTOLINI MOTA

Mais um Centro de Referência das Águas

O município de Rio Bananal passou a abrigar a partir de setembro o mais novo Centro de Referência do Movimento de Cidadania pelas Águas do Espírito Santo.

A inauguração do núcleo contou com uma solenidade de formalização na qual foram apresentados representantes da Associação Meio Ambientalista Ribanense - Bio-Mar, que coordenarão as atividades do Movimento na região.

"A Bio-Mar é uma Organização não Governamental (Ong) que tem como missão conscientizar a comunidade sobre a importância da preservação ambiental nas escolas, comunidades urbanas e rurais", explicou o coordenador do Movimento pelo Sindicato dos Trabalhadores

em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado do Espírito Santo - Sindaema, Adailson Freire da Costa.

Durante a exposição, Adailson falou sobre a importância do papel do cidadão em relação ao futuro da água no planeta, explicou para a comunidade como funciona, quem pode participar e quais as ações promovidas pelos centros de referência.

A cerimônia também marcou o término dos trabalhos de limpeza do Rio Bananal e contou com plantio de árvores ao longo de suas margens, realizado pela prefeitura do município. Para dar início às atividades, o novo Centro de Referência recebeu materiais de divulgação, como transparências, filmes, cd-room,

além de panfletos, cartilhas e adesivos.

A arquiteta e coordenadora do Movimento pelo Crea, Clemir Regina Pela Meneghel, representou o presidente do Conselho, Silvio Ramos.

Compareceram à solenidade, o prefeito de Rio Bananal, Jacinto Casagrande, vereadores e representantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura.

O Centro de Referência do Movimento de Cidadania pelas Águas de Rio Bananal foi inaugurado no dia 21 de setembro.

Informações sobre o Movimento nessa região podem ser obtidas na Bio-Mar pelo telefone (27) 3265-1169.

Profissionais de geoinformação têm novo mercado de trabalho

Profissionais da área de Engenharia, Agrimensura e Cartografia estão com novas boas perspectivas com relação ao mercado de trabalho. Uma lei assinada em outubro do ano passado, criou o Sistema Público de Terras, um dos mais modernos instrumentos para regulamentação de Terras que prevê que todo imóvel rural deve apresentar as coordenadas dos vértices definidores de seus limites georeferenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro.

Com a finalidade de preparar os profissionais e as empresas do setor de mapeamento do estado para atender esse mercado, será realizado nos dias 04 e 05 de dezembro, no Teatro do Cefetes, em Vitória, o Seminário Interestadual de Georeferenciamento Aplicado ao Sistema Público de Registros de Terras.

O seminário é importante para a comunidade ligada à geoinformação, uma vez que deixa claro que a identificação do imóvel deverá ser obtido a partir de memorial descritivo assinado por

profissional habilitado no Crea e com devida ART.

Serão abordados no evento o uso de ferramentas como as imagens de satélites, o Sistema de Posicionamento Global (GPS) e as Hortofotocartas - que são fotografias tiradas de um avião sem erros de deslocamento - para fazer análises geográficas e planejamentos e apresentar soluções que contribuam por exemplo, para evitar problemas ambientais.

O Sistema Público de Terras foi criado através de um decreto regulamentador da Lei nº 10.267, assinado no dia 30 de outubro de 2002. A nova legislação também dará maior transparência aos registros cartoriais e imobiliários, garantindo aos proprietários a legitimidade quando ao domínio do imóvel.

O Seminário será realizado pelo



Crea, Instituto de Registros Imobiliários Brasileiro (Irib), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Avaliações e Perícias do Espírito Santo (Ibape-ES), Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes) e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), com patrocínio do Confea e da Mútua - Caixa de Assistência dos profissionais do Espírito Santo e apoio da CST, Escelsa, Aracruz Celulose e outras entidades.

Informações sobre o evento podem ser obtidas pelo tel.: 3200-3776 ou mseventos@mseventos.com.br

O Crea-ES agora é ISO 9001:2000

Nosso compromisso é com a melhoria contínua dos serviços prestados aos profissionais, as empresas e a sociedade.

O Crea-ES recebeu a recertificação de seu sistema de Gestão da Qualidade em julho deste ano. A empresa responsável pela auditoria e recomendação foi a Det Norske Veritas Certificadora Ltda.

NBR ISO 9001:2000

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Agrimensura e Arquitetura do Espírito Santo

Sistema corporativo dá mais agilidade a atendimento

O Crea-ES finalizou em julho deste ano o processo de migração de seu sistema informatizado iniciado em janeiro de 2002. O sistema é responsável pelo controle cadastral de profissionais, empresas e ART, gestão financeira, de fiscalização e de protocolo. Também controla a geração de relatórios e certidões de acervo técnico e de registro e quitação.

O antigo sistema estava ultrapassado e foi substituído por uma solução mais moderna que possui uma interface gráfica mais amigável. A equipe de informática do Crea-ES empenhou-se em desenvolver rotinas de migração para transferir os dados do antigo banco de dados para o novo e, em paralelo, adequou o sistema para trabalhar de acordo com as rotinas do Conselho.

Segundo o Consultor de Informática do Crea-ES, Kleyson Musso, “a migração de sistema é um processo difícil, pois envolve mudanças profundas nas rotinas de trabalho de todos, gerando muita pressão na equipe de informática. Por esse motivo muitas empresas conti-

nuam com seus sistemas antigos, sem se arriscar num processo como esse”.

Com a migração para o Sistema Corporativo, o Crea dinamizará ainda mais suas rotinas internas, visando à qualidade da informação e o desenvolvimento em seu site de serviços online para o profissional como ART on line e off line, atualização de endereço, emissão de certidão de registro e quitação, emissão de guias de anuidade e diferença de ART.

Durante o período de migração, os dois sistemas tiveram que funcionar em conjunto, o que gerou alguns problemas de dados desatualizados, e incompatibilidade entre os bancos de dados, que utilizavam formas diferentes de armazenamento de informações.

Na fase atual, a equipe de informática está trabalhando para corrigir os dados que foram transferidos incorretamente e melhorar o Sistema Corporativo, com rotinas que agilizam a busca da informação e o atendimento ao profissional.



A partir de 2004, serão criadas rotinas integradas do Sistema Corporativo com o correio eletrônico do profissional cadastrado. Isso proporcionará ao profissional estar constantemente informado sobre as alterações relativas a ele. Serão também criados serviços online no site para atender as empresas.

Equipe de Informática

Kleyson Musso

Líder da Consultoria de Informática

Thais Marinho

Consultora

Jefferson Carvalho

Consultor

Manfredo Gomes

Técnico Operacional

Novas parcerias do PEC

O Programa de Educação Continuada (PEC) está estudando propostas de parceria de organização de eventos para o ano de 2004 com as empresas Lucio's Rolamentos, representante da NSK no Estado; Weg; Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmeccânico (CDMEC); e a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

A Lucio's Rolamentos é uma empresa que importa e exporta mancais para todo o país e o exterior e atua nas áreas de mineração, siderurgia, celulose, têxtil, automotiva, mármore entre outros. A empresa desenvolve um serviço especializado em rolamentos e equipou um moderno centro de capacitação técnica para clientes e usuários finais, onde são ministrados cursos teóricos e práticos.

Incentivados por essa parceria, a NSK,

fabricante de rolamentos e produtos mecânicos e automobilísticos antecipou sua programação de cursos para 2003 onde realizará a palestra “Tecnologia em Rolamentos para a Redução de Custos de Manutenção”, no dia 30 de outubro, no auditório do Crea-ES.

A Weg, empresa fabricante de motores e também fornecedora de sistemas elétricos industriais completos, deverá apresentar um calendário com proposta de cursos a serem desenvolvidos em conjunto com o PEC em 2004. A empresa está entre os cinco maiores fabricantes mundiais de motores elétricos.

Desenvolver a criação de instrumentos voltados para o desenvolvimento tecnológico do setor metalmeccânico capixaba, abrangendo setores importantes da economia, como

celulose, mineração, siderurgia, energia, petróleo e gás é a principal atividade do CDMEC, que faz levantamentos e organização de informações tecnológicas e a viabilização de novos empreendimentos, entre outras atividades.

A ABCP, que através do PEC já possui uma parceria com o Dertes e o Crea-ES para a realização de um calendário de cursos técnicos e específicos para funcionários do departamento, reafirma esse compromisso em 2004.

“A expectativa é de aumentar as parcerias do Crea-ES garantindo a qualidade nos cursos aplicados e o maior número de profissionais treinados em 2004. O Conselho está aberto para novos contatos, cumprindo assim, com o papel do PEC”, concluiu Luis Fernando Fiorotti, coordenador de Projetos Especiais do Crea-ES.

SEE

Atividades

O presidente da entidade, Eng^o Civil José Antonio do Amaral Filho, recebeu medalha de Honra ao Mérito do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos - IBEC durante a comemoração dos 25 anos da entidade. O evento ocorreu no dia 19 de agosto no clube de Engenharia, no Rio de Janeiro.

Terá início a partir de 29 de novembro pela SEE e IBEC o 2º curso em Engenharia de Custos (380 horas). Ao preencher sua ART, assinale o nº 001, no campo 24 (até 10% do valor pago será creditado à SEE).

Informações: (27) 3223-0322

SENGE

Universitários e Urnas

O Sengen-ES, após deliberação de seu Conselho de Representantes, está indicando o apoio e voto aos candidatos da chapa nº 30, formada pelo Eng. Mecânico Rogério Queiroz e pelo Arquiteto Kleber Frizzera. O Sindicato estará empenhado em formalizar alianças, trabalhando com as demais entidades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do nosso Estado e com o Crea-ES, objetivando eleger os colegas.

A abertura da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES para a sociedade, através de um Conselho Deliberativo, a celebração de protocolos de intenções relacionados ao PEC e parcerias institucionais em geral são aspectos e compromissos fundamentais para a realização de uma perfeita sintonia.

Informações www.senge-es.org.br ou senge-es@senge-es.org.br

AEFES

Primeira turma de engenheiros florestais do ES

A Aefes saúda os primeiros engenheiros (as) florestais formados no Espírito Santo. É com muita satisfação que a Associação parabeniza os futuros profissionais: SUMAMI REBONATO COSTALONGA, VINÍCIOS CATANE VITOR, FERNANDO SOARES DE OLIVEIRA E HÉLIO MARCOS RAMOS BOLZAN.

O Eng^o Florestal Álvaro Feres Medina representa a Aefes no Comitê da Biosfera, no qual são discutidos assuntos relacionados ao Corredor Ecológico da Mata Atlântica, como a atualização do levantamento da cobertura florestal do Estado, a implantação do Plano Integrado de Fiscalização e a implementação de Programa de Proteção do Parque Estadual de Itaúnas.

Informações: (27) 3223-0598

IAB

IAB-ES lança nova home-page

Estará na Internet a partir de outubro a nova página do IAB-ES, o mais novo canal de comunicação entre a entidade representativa dos arquitetos e a sociedade. A nova página disponibilizará uma série de serviços importantes, como notícias, eventos, informações sobre concursos e fórum de discussões, entre outros. O destaque fica para a Tabela de Honorários, que possibilitará o cálculo on-line da remuneração das diversas etapas dos serviços de Arquitetura e Urbanismo, facilitando o trabalho dos profissionais. Além disso, arquitetos que queiram se associar ao IAB-ES poderão cadastrar-se pela internet.

Informações: (27) 3223-0598

IBAPE

Nota máxima

O conselheiro do Crea-ES e presidente do IBAPE-ES, Eng. Civil Radegaz Nasser Júnior, teve sua tese de mestrado aprovada na Universidade Politécnica de Valência, na Espanha. O trabalho, que teve como tema a "Aplicação de Metodologia de Avaliação a Jogadores de Clubes de Futebol", foi aprovado com nota máxima pela banca examinadora do Mestrado Internacional de Avaliações da Universidade.

Informações: (27) 3345-6760

SEEA

Premiação no Dia do Engenheiro Agrônomo

A Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos - SEEA realizou uma grande comemoração ao Dia do Engenheiro Agrônomo (12/10), no Clube Álvares Cabral, dia 11 de outubro. Estiveram presentes profissionais veteranos e recém formados.

Foram homenageados 15 profissionais que de alguma forma prestaram relevantes serviços a categoria agrônômica e a comunidade Capixaba. São eles: Aymbiré Francisco Almeida da Fonseca, David dos Santos Martins, Dirceu Pratisoli, Enio Bergoli da Costa, Francisco Alfredo Lobo Junger, João Batista Machado Campos, José Aires Ventura, Luiz Carlos Brioschi, Luiz Carlos Careta Piassi, Moysés alvino Côvre, Osman Francischeto de Magalhães, Pedro de Faria Burnier, Wellington Secundino e Wolmar Roque Loss.

Informações: 3223 1441/ 3233 0101

SINTEC

Palestras no Dia do Técnico Industrial

O Dia do Técnico Industrial (23/09) foi comemorado no auditório do Cefet-ES no dia 26 de setembro, com as palestras do inventor do bina celular, o Técnico em Telecomunicações Nélio José Nicolai e o Fundador e Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais do Paraná, Sergio Luiz Chautard, que falou da criação e fundamento das escolas técnicas no Brasil.

O público estimado em mais de 250 pessoas, assistiu ao show de encerramento do evento com o cantor João Pimenta e banda. Estavam presentes à comemoração, o Presidente do Crea-ES, Eng. Eletricista Silvio Roberto Ramos, o Presidente Nacional do Técnicos Industriais, Wilson Wanderley, o Presidente da CUT-ES, Tadeu Pigatti e o Diretor Geral do Cefet-ES, Ronaldo Jadir.

Informações: (27) 3223-0598

Sistema portuário capixaba

HORA DE CR

Dizer que o sistema portuário do Espírito Santo é um dos mais bem estruturados do País é redundância que não pode ser evitada. Localizado num ponto estratégico da costa brasileira, o Espírito Santo detém a soma que faz inveja a muitos estados brasileiros: um litoral de 8 mil km e um conjunto de instalações portuárias que ainda se coloca de forma digna entre as demais existentes no país e no mundo. Mas o salto para que o setor capixaba de logística dê as respostas que os demais setores da economia começam a exigir, precisa ser dado.

Os primeiros passos para isso já foram elaborados pela Companhia Do-

cas do Espírito Santo - Codesa - quando da definição, em 2001, do atual Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZP), planejamento quadrienal que projeta o futuro dos portos. Nele, a Codesa previu que a expansão do sistema portuário deveria se direcionar para a região de Aracruz, onde se encontra o Porto de Barra do Riacho, em decorrência das escassas condições de crescimento do sistema portuário na região da Grande Vitória, motivadas pelo crescimento urbano.

A expansão e modernização do terminal de Barra do Riacho, localizado no centro do litoral do estado do Espírito

Santo, em Aracruz, prevê a instalação de um terminal de carga geral, dotado de berços de atracação de navios de grande calado. Para viabilizar o acesso dos grandes navios que hoje cortam os oceanos e já não cabem mais nos caminhos entre os acidentes naturais da baía de Vitória, será necessário realizar uma dragagem no fundo do mar. Dessa maneira, se ganhará a profundidade de 16,5 metros necessária ao acesso das grandes embarcações. Hoje, a profundidade média no canal de acesso a Barra do Riacho é de 11,8 metros. A área a ser dragada é estimada em 2,7 mil m³ e o custo previsto da obra é de R\$ 56 milhões.

ESCER



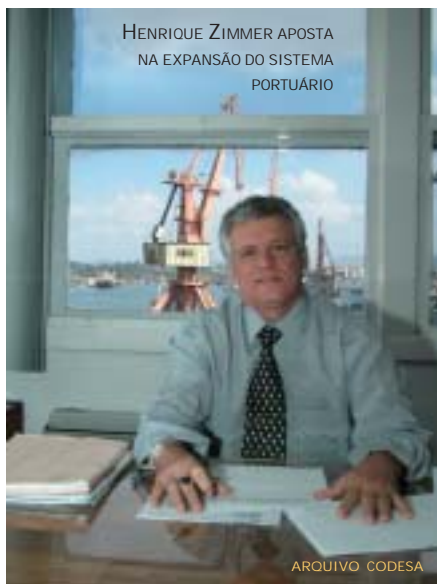
BARRA DO RIACHO: A ÁREA NO INTERIOR DO PIER PRECISA SER DRAGADA PARA RECEBER NAVIOS DE GRANDE CALADO. NA FOTO MAIOR OS PORTOS DE PRAIA MOLE E TUBARÃO.

Ainda há um nicho de mercado muito forte e que não foi ainda totalmente alcançado pelo Porto de Vitória e pode continuar sendo explorado. O porto continuaria recebendo embarcações de médio calado ou inferior e as de grande calado seriam todas destinadas a Barra do Riacho.

O Porto de Vitória é dotado de uma infra-estrutura que a Codesa nem cogita deixar ociosa ou sub-utilizada. O cais comercial tem comprimento de 776m, contendo quatro berços, de profundidades entre 7m e 10m. Ele dispõe de três armazéns para carga geral, totalizando 8.000m², um pátio coberto para celulose com 900m², um pátio descoberto de 30.000m², utilizado para carga geral, e um silo horizontal, para trigo, de capacidade estática de 10.800t.

No lado de Vila Velha ficam os cais de Capuaba e Paul, somando 1.005m e compreendendo cinco berços de atracação com profundidades entre 9m e 11m. A extremidade norte de Capuaba contém uma rampa para o sistema roll-on roll-off. A área conta com um armazém de 8.000m², destinado a carga geral e produtos siderúrgicos, dois silos para cereais, sendo um vertical e o outro horizontal, de capacidades de 48.000t e 40.000t, respectivamente, além de dois pátios descobertos para contêineres, granéis sólidos e carga geral, num total de 150.000m².

Cabotagem - Uma alternativa para dar maior aproveitamento à infra-estrutura portuária capixaba, é a navegação de cabotagem. Hoje, o Espírito Santo conta com duas linhas regulares que atendem principalmente ao setor de mármore e granito. Uma linha opera com um navio de 15 em 15 dias e outra semanalmente. A navegação de cabotagem responde por cerca de 20% na movimentação de mercadorias nos portos capixabas. Zimmer acredita que esse tipo de alternativa de transporte dinamiza a economia e reduz custos na distribuição dos produtos. “O governo precisa ser um



indutor deste tipo de projeto”, defende.

Outra experiência de navegação de cabotagem marítima vem sendo desenvolvida desde outubro de 2002 pela Aracruz Celulose, ao transportar eucaliptos, matéria-prima para a produção de celulose, pela costa situada entre o sul da Bahia e o município de Aracruz. O sistema de transporte marítimo de madeira por barcaças e empurradores, construídos especialmente para este fim, é o primeiro do Brasil. O investimento total foi de de US\$ 51 milhões.

“A navegação de cabotagem é importante para o Brasil, que tem 8 mil km de costa, aproveitar o potencial onde há baixa profundidade. É preciso que isso se transforme num programa de governo, pois incentiva toda a cadeia produtiva, ao estreitar seus elos com a cadeia logística, reduzindo custos e dinamizando a economia”, propõe Zimmer.

O sistema portuário capixaba

Além do Porto de Vitória, o conjunto que compõe o sistema portuário capixaba é formado pelos portos de Praia Mole, Barra do Riacho, Tubarão, Ubu e Regência. Estes incorporam apenas terminais de uso privativo, gerenciados por empresas privadas. Em Praia Mole, encontram-se o terminal de produtos siderúrgicos administrado por um condomínio que reúne as siderúrgicas de Tubarão (CST), Usiminas e Açominas e o terminal para carvão, administrado pela Cia. Vale do Rio Doce (CVRD).

Em Barra do Riacho, fica o terminal controlado pela Portocel, de propriedade da Aracruz Celulose S/A e da Celulose Nipo-Brasileira S/A (Cenibra), especializado na movimentação de celulose, atingindo cerca de 2 milhões de toneladas/ano. Hoje também desembarca sal e madeira e atende à navegação de cabotagem para transporte de eucalipto vindo do sul da Bahia, matéria-prima que abastece a Aracruz Celulose.

O Porto de Tubarão é operado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e tem uma capacidade de 80

milhões de toneladas por ano de minério de ferro e pellets, e 1.500 toneladas por hora de grãos e farelo. É por ele que sai, praticamente, toda a produção de soja escoada pelo Estado.

O porto de Ubu, administrado pela Samarco Mineração, dispõe de dois berços de atracação e movimenta apenas minério de ferro e pellets. Há também o Porto de Regência, de uso privativo, operado pela Petrobras com capacidade para receber navios de até 30 mil.



PORTO DE PRAIA MOLE



Segundo lugar em movimentação de cargas

O sistema portuário capixaba tem hoje uma importância considerável no cenário nacional, ocupando o segundo lugar em movimentação de cargas (o primeiro é o Porto de Santos) tendo respondido por cerca de 29% da movimentação geral de mercadorias, em 2002. (98.049.880.808 kg para um total de 295.562.529.222 kg em todos os portos).

Segundo Henrique Zimmer, a receita financeira gerada pelo sistema portuário capixaba corresponde a 9% do total nacional, constituído por 30 portos. Só em Vitória, o sistema portuário gera 180 mil postos de trabalho de 6 horas/ano.

É através do sistema portuário de Vitória que escoam a maior parte das exportações e importações capixabas. Os produtos mais movimentados são contêineres, produto siderúrgico, mármore/granito, celulose, bobinas de papel, trigo, malte, arroz, algodão, açúcar, fertilizantes, automóveis, ferro gusa, granel líquido e tubos flexíveis. (veja quadro).

Os países fornecedores de produtos são Estados Unidos, Bélgica, Coreia do Sul, Itália e Japão. Os maiores compradores são Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e Argentina.

Movimentação de carga

| Ano | Tonelagem |
|------|-----------|
| 1990 | 5,201,645 |
| 1991 | 5,168,433 |
| 1992 | 4,984,527 |
| 1993 | 4,771,316 |
| 1994 | 5,420,358 |
| 1995 | 5,133,834 |
| 1996 | 4,956,439 |
| 1997 | 5,213,673 |
| 1998 | 5,385,061 |
| 1999 | 5,389,357 |
| 2000 | 6,351,626 |

ARQUIVO CODESA

Revitalização em debate

Os armazéns do porto de Vitória são objeto de cobiça dos urbanistas locais num projeto de revitalização do centro de Vitória. A idéia de utilizar o armazém cinco, localizado nas proximidades do terminal aquaviário, para atividades de lazer e cultura, hoje encontra acolhida da Codesa, que estuda, junto com a Prefeitura de Vitória, a possibilidade de destinar sua parte superior para lojas e restaurantes.

Para o engenheiro Henrique Zimmer a idéia de transformar um dos armazéns em centro de cultura e lazer só se viabiliza se o porto mantiver sua atividade, pois é ela que se constitui em atrativo para quem o visita. Por isso, a idéia de utilizar a parte superi-

or dos armazéns que têm pé direito alto o suficiente para comportar no seu piso térreo as atividades de armazenagem e, num novo piso a ser instalado acima, as outras atividades. Zimmer cita como dois bons exemplos de revitalização utilizando-se as áreas portuárias o Porto Madero, em Buenos Aires, Argentina, e o Porto de Belém (PA).

O prédio do armazém seria acessível ao público por meio da construção de um anexo. “É importante que seja um projeto sustentável, arquitetonicamente compatível e de acordo com as normas de segurança”, afirma Zimmer. Ainda não há previsão de quando o projeto pode começar a ser executado.

Histórico

O sistema portuário atual descende do pequeno Cais do Imperador, situado logo abaixo da escadaria do Palácio Anchieta. O crescimento da cultura cafeeira na Província do Espírito Santo, a partir de 1870, tornou saturado o porto de Itapemirim, então utilizado para escoamento agrícola, essencialmente de cana-de-açúcar.

Em 28 de março de 1906, o governo federal autorizou à Companhia Porto de Vitória (CPV) a implantação de novas instalações no mesmo local, ficando a cargo da empresa C.H. Walker & Co. Ltd. a execução de 1.130m de cais. As obras, no entanto, foram interrompidas em 1914.

A União encampou a concessão dada à CPV e a transferiu ao governo estadual pelo Decreto nº 16.739, de 31 de dezembro de 1924. A construção do porto foi retomada no início de 1925. Sua inauguração ocorreu em 3 de novembro de 1940, assinalando o começo do atual complexo portuário.

A partir de 18 de setembro de 1978, com a edição do Decreto nº 82.279, a exploração comercial retornou, por encampação, ao governo federal. Em 21 de fevereiro de 1983, foi criada a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que atualmente funciona como autoridade portuária.



OS ARMAZÉNS DO PORTO, AO FINAL DA AV. REPÚBLICA, SÃO HOJE O CENTRO DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE VITÓRIA

INVENTORES



FLÁVIO GONÇALVES

ENTRE O DESAFIO DA CRIAÇÃO E O DIREITO À PROTEÇÃO



CLAUDIO CASTRO

O TÉCNICO MINEIRO NÉLIO JOSÉ NICOLAI, QUE DESENVOLVEU O BINA, JAMAIS RECEBEU QUALQUER VALOR DAS DIVERSAS EMPRESAS DE TODO O MUNDO QUE UTILIZAM SEU INVENTO.

A pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos requerem, na maioria das vezes, grandes investimentos. Proteger esse produto através de uma patente significa prevenir-se de que outras pessoas ou empresas o copiem e vendam, sem arcar com os custos da pesquisa e desenvolvimento do produto. A proteção dada pela patente é o instrumento necessário para que a invenção se torne um investimento rentável.

A Lei 9.279 /96 estabelece que a patente é um título de propriedade temporário outorgado pelo Estado ao inventor ou autor (pessoa física ou jurídica), para qualquer invenção de produto ou de processo, em todos os setores tecnológicos,

desde que seja de alguma forma nova e passível de utilização industrial. Não se pode conceder o título de patente para idéias abstratas e inventos que não possam ser industrializados.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão do governo federal que concede a exclusividade sobre o produto patenteado, dando ao titular da patente o direito, por determinado período, de ser único no mercado a comercializar, fabricar e licenciar o produto. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar todo o conteúdo técnico do invento protegido pela patente.

Os inventores capixabas encontram inúmeras dificuldades para patentear seus inventos. O técnico em mecânica Paulo Rangel desistiu de patentear duas invenções, pois não teria condições

de fabricar o invento em grande quantidade para comercializá-lo. Em 1993, desenvolveu uma prancheta que, anexada ao monitor do computador facilita a leitura do texto pelo digitador e em 2000 um gerador de energia elétrica através das ondas do mar. Segundo Rangel, os empresários não apóiam os inventores. “Eles esperam o tempo do pedido de patente expirar para começar a produzir o invento sem respeitar os direitos dos inventores”, denuncia.

O Engenheiro Eletricista Anderson Prado esbarrou na burocracia do processo ao patentear seu invento. Em junho de 2002, Anderson deu entrada ao pedido no INPI. “Acabei me desestimulando e desistindo da patente, devido ao excesso de burocracia”, afirma Prado.

O técnico mineiro Nélio José Nicolai desenvolveu o BINA - o aparelho utilizado em todo mundo por milhões de pessoas para identificar chamadas telefônicas, seja em telefonia fixa ou telefonia celular. Apesar de cumprir o que estabelece a Lei 9.279 /96, e tendo a cartapente expedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial desde 1982, o que lhe garante os direitos sobre a utilização do BINA até 2012, Nélio jamais recebeu seus direitos de qualquer uma das diversas empresas de todo o mundo que utilizam seu invento.

Nicolai já trabalhou na Ericsson do Brasil, na Telebrasil e hoje é dono da LUNE (Projetos Especiais em Telecomunicações Ltda), que é a titular e detentora dos direitos industriais, patente BINA. Durante anos, recorreu aos ministérios do Poder Executivo e ao Poder Judiciário na tentativa de assegurar seus direitos. Entretanto, os tribunais até hoje consideram a infração de direitos industriais como uma causa cível, concedendo liminares aos infratores e desconsiderando a carta patente, o que causa prejuízos incalculáveis ao inventor.

“Esse tipo de desrespeito empresarial só ocorre em países em que não existe uma política industrial, em que a mentalidade empresarial ainda peca pela cultura de desrespeitar as leis brasileiras”, afirma Nicolai.

Ele acredita no INPI e aponta o problema dos inventores brasileiros do país. “Precisamos que o Poder Judiciário brasileiro, ao julgar uma causa envolvendo

propriedade industrial (patentes) designe juizes especializados com conhecimentos da lei 9.279/96. Atualmente, são julgadas como uma causa cível. Deste modo, a justiça acaba bloqueando todos os direitos da patente e ainda obriga o INPI a acatar as suas decisões, que, geralmente, contrariam o que está estabelecido na lei e sempre prejudicam o inventor brasileiro”, afirma.

APOIO

O Coordenador Estadual de Ciência e Tecnologia Fernando Herkenhoff disse que o governo pretende articular o chamado Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia para definir uma política única para o setor. O sistema seria constituído pelo já existente Fundo de Amparo à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - FACITEC, e por mais três novos órgãos: um Conselho Estadual, a Secretaria Estadual e a Fundação de Ciência e Tecnologia.

Validade da patente

O prazo de validade de uma patente depende da modalidade a ser requerida:

Patente de Invenção

Quando uma invenção é considerada nova, não compreendida pelo estado da técnica, o prazo de validade é de 20 anos

Desenho Industrial

Toda forma plástica que possa servir para fabricação de um produto industrial e ainda se caracterize por nova configuração ornamental ou toda a disposição ou conjunto novo de linhas ou cores que, com fim industrial ou comercial, possa ser aplicado à ornamentação de um produto, por qualquer meio manual, mecânico ou químico, singelo ou combinado. Prazo de validade: 10 anos (podendo renovar por mais 15 anos)

Modelo de Utilidade

Disposição ou forma nova, obtida ou introduzida em objetos conhecidos, desde que se prestem a um trabalho ou uso prático. Prazo de validade: 15 anos

Como fazer um pedido de patente

Um dos primeiros procedimentos, embora não obrigatório, para obter uma patente é a realização de uma busca prévia pelo interessado antes de efetuar o depósito de um pedido de patente para verificar se não existe um pedido semelhante já registrado. A pesquisa pode ser realizada no Banco de Patentes Centro de Documentação e Informação Tecnológica (Cedin), na sede do INPI, no Rio de Janeiro.

Esclarecido este ponto, segue-se a formalização do pedido de patente e de registro de desenho industrial, que deverão ser solicitados através de formulário específico de Depósito de Pedido de Patente, na sede do INPI, nas Delegacias e Representações Regionais nos outros Estados. A taxa de depósito de um pedido de patente é de R\$ 109,00 hoje, mas pode diminuir para R\$ 43,60 para pessoas físicas, instituições de ensino e pesquisa e microempresas.

Os pedidos entregues devem conter: relatório descritivo (descreve de modo completo o objeto do pedido); reivindicações (devem conter somente os aspectos técnicos relacionados à invenção ou modelo, não sendo admitidas descrições genéricas quanto ao mérito ou vantagens das mesmas); desenhos (servem para facilitar a compreensão do objeto do pedido exposto no relatório descritivo); resumo (um sumário de descrição técnica do pedido de patente que permite uma breve avaliação da matéria coberta pelo mesmo) e solicitação de exame (necessário para que o pedido de patente seja examinado e deve ser protocolizado dentro dos primeiros 36 meses do depósito do pedido).

O pedido de exame de invenção deve ser requerido até 24 meses contados a partir da data de publicação do pedido de patente ou no prazo de 36 meses contados da data do depósito, o que terminar por último. O pedido de exame com até 10 reivindicações é

de R\$ 310,00, podendo diminuir para R\$ 124,00 se solicitado por pessoas físicas, instituições de ensino e pesquisa e microempresas. Ao final desse processo é expedida a Carta-Patente, mediante o pagamento de R\$75,00. O titular de uma carta-patente está sujeito ao pagamento de anuidades.

O pedido de patente é mantido em sigilo até o seu deferimento e publicação na Revista de Propriedade Industrial - RPI, órgão oficial do INPI onde são divulgados semanalmente todos os seus atos, despachos e decisões relativas ao sistema de propriedade industrial no Brasil. A revista pode ser consultada gratuitamente na sede do INPI e nas Delegacias, Representações Regionais e Postos Avançados.

Depois, é necessário esperar o prazo de 60 a 90 dias, contados do deferimento do pedido, para pagamento da retribuição, e respectiva comprovação, correspondente à expedição da Carta-Patente. Se o pagamento não for efetuado, o INPI arquiva definitivamente o pedido. Após depositado o pedido, pode-se acompanhar o andamento processual através da Revista da Propriedade Industrial, do site www.inpi.gov.br ou pelo teleatendimento 0 800 78 40 02. O telefone da Delegacia Regional do INPI no Espírito Santo é (27) 3235-7788.

A anulação de uma patente poderá ser instaurada administrativamente dentro de no máximo seis meses contados da data de concessão da patente. A patente também poderá ser anulada através de ação judicial própria, durante toda a vigência da dita patente, pelo INPI ou por qualquer pessoa.

O Depósito de pedido de patentes em outros países pode ser feito diretamente no país onde se deseja obter a proteção ou através do Tratado de Cooperação de Patentes - PCT, para as invenções e modelos de utilidade, sendo importante que se conheça a legislação do país onde se deseja proteger a invenção.

Concluídas as obras do



des, que ficaram inutilizadas durante um longo tempo e acabaram se deteriorando. A conclusão deste trabalho, iniciado em março, está prevista o final deste ano.

Segundo Paulo Ruy, além de desobstruir as redes, esse serviço está sendo útil para verificar o que realmente foi realizado. “Estamos tendo a oportunidade de fazer uma espécie de auditoria nas obras realizadas”, conclui.

Dinheiro novo -

Um novo empréstimo no valor de US\$ 36 milhões foi solicitado pelo governo do Estado ao Banco Mundial - Bird. Os recursos seriam utilizados na construção de mais 16 km de redes e para construção de reservatórios, ampliando a rede coletora e otimizando a utilização das estações. Essas obras, previstas para terem início no primeiro semestre de 2004, teriam como contrapartida do governo do Estado US\$ 24 milhões.

Após a execução dessa nova fase do programa de saneamento ambiental, o governo do estado pretende despoluir o manancial dos rios Santa Maria e Jucu, os balneários de Serra, e ampliar o nível de cobertura do serviço de coleta e tratamento de esgoto para 58% da população do estado. Os bairros de Vitória beneficiados pelas futuras obras serão Ilha de

O Secretário Estadual de Desenvolvimento, de Infra-Estrutura e dos Transportes e presidente do CREA-ES, Engenheiro Eletricista Silvio Roberto Ramos, anunciou no dia 27 de agosto a conclusão das obras do Programa de Saneamento Ambiental do Espírito Santo - Prodesan, que atende a Região Metropolitana de Vitória e a cidade de Domingos Martins.

O secretário informou ainda os números finais do investimento realizado durante os nove anos em que se estenderam as obras dos programas Prodespol e Prodesan. O valor inicial do investimento era de US\$ 308 milhões, mas o custo final das obras realizadas foi de US\$ 178,8 milhões, devido à redução do empréstimo feito junto ao Banco Mundial - Bird.

Em junho de 2000 foram iniciadas as obras do Programa de Saneamento Ambiental do Espírito Santo - Prodesan, no valor de US\$ 58,9 milhões, que servirão para complementar as obras do Prodespol, através da construção de emissários, 25 estações elevatórias e 5 estações de tratamento de esgoto.

Essas obras possibilitaram que 373.600 metros de novas redes de coleta de esgoto estivessem disponíveis para operação. Dessa forma, o serviço de coleta e tratamento do esgoto passa a atingir 34% da população da região da Grande Vitória.

Segundo Silvio Ramos, o governo,

que assumiu o Estado em janeiro deste ano, encontrou 90% das obras do Prodesan executadas e definiu como prioridade a conclusão dos serviços. “Apesar dos erros iniciais do Projeto, o governo concluiu as obras por entender que o grande investimento de recursos já realizado precisava efetivamente refletir na melhoria da saúde da população”, afirmou.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que cada dólar investido no tratamento do esgoto, significa uma economia de quatro dólares para o Estado no tratamento de doenças causadas pelas más condições sanitárias em que vive a população.

“Foi uma irresponsabilidade o que fizeram no início das obras. Deveriam ter começado as obras do programa com a construção das estações de tratamento e elevatórias, e só depois construir as redes”, critica o Diretor Presidente da Cesan Engenheiro Civil Paulo Ruy Carnelli.

A Cesan está investindo R\$ 4 milhões, em recursos próprios, na manutenção e desobstrução das re-



O SECRETÁRIO ESTADUAL DE TRANSPORTES, INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SILVIO RAMOS E O PRESIDENTE DA CESAN PAULO RUY APRESENTARAM A CONCLUSÃO DAS OBRAS

Prodesan

Santa Maria, Jucutuquara, Tabuazeiro, Bairro de Lourdes e Maruípe.

De acordo com a Lei Estadual 7.499/03, os moradores da região atendida pelo sistema de coleta de esgoto devem providenciar a ligação da saída de esgoto de suas residências as caixas coletoras disponíveis.

A Cesan iniciou no mês de setembro, em parceria com as prefeituras da Grande Vitória e de Domingos Martins, uma campanha junto à população com o objetivo de esclarecer e incentivar a utilização do serviço.

O valor da nova tarifa cobrada pela prestação do serviço de coleta, poderá variar dependendo do volume do esgoto coletado e tratado. O volume destes dejetos é estimado em cerca de 80% do consumo de água da residência. O valor da tarifa do consumo da água não sofrerá nenhum reajuste.

O CASO PRODESPOL

Em 1994, uma parceria firmada entre o Governo do Estado, a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e o Banco Mundial (Bird) deu início ao Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos - Prodespol. As obras do Prodespol, iniciadas em 1995, resultaram na construção de redes coletoras e ligações domiciliares, custando US\$ 119,8 milhões. Foram realizados investimentos também no desenvolvimento institucional e operacional da Cesan e na supervisão e gerenciamento de projetos. Em 1999, com 80% das obras previstas concluídas, os recursos do programa se esgotaram. O custo previsto das obras teve um aumento de 30% durante o seu período de execução e as investigações que visam comprovar a necessidade e o destino desses recursos continuam sendo feitas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Engenheiro e arquiteto disputam direção da Ufes

O engenheiro mecânico e professor da Ufes, Rogério Queiroz, é um dos candidatos a reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ele disputa a eleição com outros dois candidatos, o atual vice-reitor da Ufes, o odontólogo Rubens Rasseli e o médico Gercyr Baptista. A eleição acontecerá no dia 23 de outubro e envolverá mais de 22 mil eleitores.

O engenheiro mecânico Rogério Queiroz informou à Revista Tópicos que entrou na disputa apoiado por um grupo de professores, estudantes e servidores da Ufes que questionam a atual administração da Ufes, por considerá-la excessivamente centralista e desconectada com as aspirações da sociedade capixaba e da comunidade universitária. O candidato a vice-reitor da Ufes, o arquiteto Kleber Frizzera, também integra o sistema Confea-CREA.

Em seu projeto para a Ufes, ele indica a necessidade de estabelecer novas relações com a comunidade e com o setor produtivo e de ser mais incisivo na busca de recursos para financiar o ensino superior e suas novas demandas por crescimento.

No campo da pesquisa científica, tecnológica e artística, ele propõe a adoção de estratégias mais elaboradas e competentes na busca de novos recursos. "Hoje nossa universidade consegue perder recursos para universidades menores quando vai disputá-los nos fundos setoriais de incentivo à ciência e tecnologia, porque não apresenta projetos elaborados de forma consistente", afirmou Queiroz.

Ele também propõe o fortalecimento da interiorização da Ufes e o incentivo à diversificação de cursos articulados com o desenvolvimento regional, a exemplo do que vem ocorrendo no Centro de Ciências Agrárias, que investiu nos últimos anos em cursos novos de graduação, contando hoje com quatro, e em um mestrado.



ROGÉRIO QUEIROZ (FOTO MAIOR) E KLEBER FRIZZERA REPRESENTAM OS PROFISSIONAIS DO SISTEMA NA DISPUTA PELA REITORIA DA UFES

Outra forma de interiorizar a Ufes, na opinião de Rogério Queiroz, é a por meio do ensino a distância. Este instrumento, segundo o candidato também é importante para as iniciativas no campo da educação continuada, a exemplo do PEC, que vem sendo desenvolvido pelo CREA-ES.

"O PEC é uma iniciativa importante para a manutenção dos profissionais já formados no mercado de trabalho e, principalmente, para que a população tenha acesso a serviços de melhor qualidade prestados por profissionais sempre em dia com os conhecimentos de sua área. Acredito que a Ufes pode oferecer uma colaboração significativa neste campo, pois conta com recursos humanos e tecnológicos para realizar parcerias com instituições como o CREA na área de educação continuada", afirmou Queiroz.

Ele afirmou que seu projeto é o de discutir com todos os segmentos da sociedade para que a Universidade Federal do Espírito Santo se coloque como parceria efetiva e articulada com o desenvolvimento local. O programa do candidato pode ser conhecido no site www.revivaufes.cjb.net.

DIVULGAÇÃO



PABLO SILVA LIRA, ESTUDANTE E CLAUDIO ZANOTELLI, PROFESSOR ORIENTADOR

O Grupo C: título L'île D'Amont (Ilha à Montante do Rio Sena)

- Pablo Silva Lira (Geografia)**
Universidade Federal do ES - Brasil
- Murat Oktem (Design Urbano)**
Gazi University - Turquia
- Alessia Martina (Arquitetura)**
IUAV - Itália
- Blandine Franchon (Arquitetura)**
Ecole D'Architecture de Versailles - França
- Fang Deng (Paisagismo)**
SCUt - China
- Tetsuya Tatenami (Arquitetura)**
Kyoto University - Japão

Estudante representa ES na França

Construir uma ilha para minimizar os efeitos das constantes enchentes do rio Sena. Essa foi a proposta do projeto "Ilha à Montante do Rio Sena", apresentado pelo estudante do 5º período do curso de Geografia da Ufes e de Geomática do Cefetes, Pablo Lira, durante a 21ª edição do Ateliê Internacional de Cergy-Pontoise, realizado entre 25 de agosto e 19 de setembro, em Paris, na França.

O grupo, do qual o estudante fazia parte, conquistou o terceiro lugar no evento que teve como tema o "Desenvolvimento Sócio-Econômico da Região de Confluência do Rio Sena com o rio Marne".

O projeto prevê ainda a construção de uma universidade ou centros de formação, que renovarão a mão-de-obra da região. Caso seja posto em prática, o projeto possibilitará a implantação de indústrias modernas que aproveitarão os profissionais qualificados da região.

Promovido por um organismo francês que cuida do regime fundiário urbano da região parisiense, com o apoio do Estado, da Prefeitura de Paris e da Universidade Européia de Planejamento, o Ateliê visa promover estudos teóricos e empíricos sobre a prática urbanista de pessoas de nacionalidades diferentes com especialização em várias áreas relacionadas à urbanização, que intervêm num aspecto da cidade e formulam soluções para os problemas.

Participaram do grupo de trabalho 36 alunos de diversas partes do mundo e de diversas áreas como Engenharia, Arquitetura, Urbanismo, Sociologia, Geografia, Direito, Economia, Design. Os

alunos foram divididos em seis equipes de seis integrantes cada. As equipes foram formadas pela afinidade entre os estudantes. A única regra era que eles deveriam ser de países diferentes.

Apesar de ter sido considerado por alguns especialistas do júri sem viabilidade prática, o projeto vencedor, do grupo D, intitulado "Influências", previa a implantação de áreas verdes às margens do rio Sena. A proposta é criar canais para o transporte aquaviário, substituindo o transporte rodoviário, que polui mais o meio ambiente.

"A idéia do Ateliê é produzir projetos que tenham 'os pés no chão', mas que tenham também imaginação. Muitos jurados gostam de estimular o lado utópico de alguns trabalhos, pois quando usamos, produzimos coisas interessantes. Um projeto utópico não é necessariamente ruim", ressalta Zanotelli.

Pablo Lira aprovou a experiência. "A contribuição dos especialistas tirando dúvidas, auxiliando, dando idéias foi excelente. Nós aprendemos muito nesse processo. A quantidade de informação e conhecimento adquirida nesse período é equivalente a pelo menos dois anos de um curso superior na França", avalia Lira.

Segundo o universitário, o maior prêmio do Ateliê foi o aprendizado proporcionado pela troca de informações, experiências com estudantes e especialistas do mundo todo.

Zanotelli confirma a opinião do estudante. "Essa idéia de trabalhar o tema em cooperação é o principal objetivo do Ateliê, discutindo empírica e praticamente as questões abordadas. Isso estimula os profissionais e os estudantes",

explica. Para participar do Ateliê, os estudantes tiveram que desenvolver um projeto com similaridades à temática francesa. Os projetos principais foram desenvolvidos na França pelos grupos. "O primeiro projeto serve para os organizadores saberem a capacidade dos estudantes de aprofundar e construir alguma coisa", explica Zanotelli.

Pablo Lira, orientado pelo professor do Departamento de Geografia da Ufes, Cláudio Zanotelli, elaborou o projeto "O Direito à Cidade: A revitalização do espaço urbano". Foram estudadas as regiões próximas a três rios nacionais: o rio Santa Maria, do Espírito Santo e os rios Tietê e Pinheiros de São Paulo.

Experiências como essa do Ateliê, existem na Rússia e na Ásia. No Brasil, existe um projeto que pretende levar essa idéia para o Paraná ou São Paulo. "O problema de um evento como esse é o alto custo e a complexidade de realizá-lo. O júri é formado por especialistas do mundo todo e conseguir patrocínio para as passagens de avião é muito complicado no Espírito Santo", explica Zanotelli.

O professor participou pela terceira vez consecutiva do Ateliê. No primeiro ano, ele foi acompanhado de dois alunos de Arquitetura. No ano seguinte, foi sozinho. Nenhum aluno teve condições de participar. "O grande problema da participação dos alunos é a falta de apoio. Nenhum órgão público ou privado reconhece a importância de patrocinar a passagem dos alunos. E como a viagem é muito cara, muitos alunos não têm condições de arcar com os custos. Sem ajuda fica difícil levar mais alunos", lamenta o professor.

Arquitetura rima com Literatura



A construção de Brasília inspirou o surgimento da poesia concreta, movimento literário do final dos anos 50. João Cabral de Melo Neto era poeta-arquiteto e construía verdadeiras esculturas verbais, comprovando que há tempos Literatura rima com Arquitetura. Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo seguiram essa tendência e criaram uma obra onde o concreto deu lugar à palavra.

O livro “Arquétipos”, com 132 ensaios poéticos de 32 alunos, ex-alunos e professores do curso, foi apresentado ao público no dia 26 de agosto, no Centro de Artes da universidade. “Espero que o exercício da escrita nos leve à sensibilidade urbana, ao entendimento das relações que constituem a cidade, e que a Arquitetura não seja a profissão de cada um, mas sim, a alma”, diz o idealizador da obra, o estudante do último período de Arquitetura, João César de Melo.

Entre os autores do livro estão Marcello Lindgren, Walmur de Moura, Wilson Rodrigues, Fábio Pacheco e André Victor, alunos finalistas premiados em concursos nacionais de Arquitetura. Os demais autores são Fabrício Sanz, Alberto Kirchmayer, Anderson Woelffel, André Lima, Aline Pereira, Augusto Alvarenga, Braz Casagrande, Bruno Pylro, Clara Miranda, Daniel Cruz, Denise Telles, Eduardo Barbosa, Ernesto Pachito, Fernando Salgado, Gaia, Grasiella Drumond, Hive Bolzan, Karlos Ruph, Leticia Tabachi, Lidia Borgo, Marina Wolf Perim, Martha Campos, Reinaldo Rocha, Marco Romanelli e Sergio Prucoli.

REFORMA

No mesmo dia do lançamento do livro, foi apresentado também o projeto “Centro”, dos alunos Braz Casagrande, Karlos Rupf e André Victor, vencedores num concurso interno para a reforma do pátio de Cemuni III, prédio que abriga o curso. A primeira etapa da reforma já foi concluída, e o custo, R\$ 1.500, foi coberto pelos próprios membros do Centro Acadêmico Livre de Arquitetura e Urbanismo (Calau).

Agora, os mesmos alunos se concentram na reforma da cantina e da rampa para portadores de deficiência física na entrada, além da conclusão da segunda etapa do pátio e o levantamento de todos os problemas de estrutura do edifício para uma possível reforma geral. “Cansamos de choramingar pelos corredores da universidade em busca de apoio. Não queremos assistir de braços cruzados o edifício em que estudamos desmoronar”, exclama o estudante João César de Melo.

O autor de “Arquétipos” explica que o livro surge na hora em que o curso de Arquitetura e Urbanismo vive um momento especial. “Apesar das inúmeras dificuldades didáticas e de estrutura, o clima acadêmico é de produção”. O livro custa R\$ 10 e pode ser obtido na cantina do Cemuni III.

Projetos devem ser mantidos em obras

As Câmaras Especializadas de Engenharia Civil e de Arquitetura, realizaram reuniões com a Unidade de Fiscalização do Crea-ES para definir a implementação do Ato 048/98 do Conselho. O Ato estabelece a obrigatoriedade de manter os projetos nas obras, acompanhados das respectivas ARTs.

ATO 048/98

Dispõe sobre a necessidade de permanência de 01 (uma) via ou cópia de ARTs, bem como dos respectivos projetos, nas obras, instalações ou serviços.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo - CREA-ES – no uso de suas atribuições que lhe conferem as alíneas “f” e “k” do Artigo 34 da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

RESOLVE:

Art. 1º - Nenhuma obra, instalação ou serviço nas áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, poderá ter início sem a competente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, nos termos da Lei n.º 6.496/77.

Art. 2º - Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza nas áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, é obrigatória a permanência de 01 (uma) via ou cópia da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica (s) – ART relativas à execução e projetos, bem como dos respectivos projetos, cabendo a manutenção e conservação dos mesmos ao (s) profissional (ais) responsável (eis) pela execução, conforme parâmetros de ato deste Regional, em vigor.

§ único – Por infração ao “caput” deste artigo o(s) profissional(ais) estarão sujeito(s) às penalidades previstas no Artigo 73, alínea “c” da Lei n.º 5.194/66.

Art. 3º - Os projetos deverão conter o nome completo, título, número da carteira do CREA e a assinatura do(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s) pelo(s) mesmo(s), sem rasuras.

§ único – Por infração ao “caput” deste artigo o(s) profissional(ais) está(ão) sujeito(s) às penalidades previstas no artigo 73, alínea “b” da Lei 5.194/66.

Art. 4º - No(s) caso(s) em que for constatada a inexistência da ART devidamente registrada referente a autoria do(s) projeto(s) e o(s) mesmo(s) não for(em) encontrado(s) na obra, instalação ou serviço, a fiscalização do CREA-ES deverá autuar o(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s) pela execução da mesma por infração ao Artigo 6º, letra “c” da Lei n.º 5.194/66.

Art. 5º - No(s) caso(s) em que o(s) profissional(ais) tiver(em) registrado a autoria do(s) projeto(s) e for constatada a inexistência do(s) projeto(s) na obra, instalação ou serviço, a fiscalização do CREA-ES deverá autuar o(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s) pela execução da mesma por infração ao Artigo 6º, letra “c” da Lei n.º 5.194/66.

Art. 6º- A regularização das autuações, que tratam os Artigos 4º e 5º, só se dará com a apresentação das ARTs devidamente acompanhadas pelos respectivos projetos.

Vitória, 14 de julho de 1998.

Eng.º Eletricista Paulo Bubach - **Presidente**

Eng.º Metalúrgico Fernando C. Oliveira Souza - **1º Secretário**

Engenheiro florestal coloca seu conhecimento a serviço dos índios

Trabalhar em atividades administrativas de empresas públicas e privadas que atuam nas áreas de reflorestamento, manejo de florestas naturais e agrossilvicultura, elaborar relatórios técnicos e fiscalizar projetos ambientais. Essas são algumas das atribuições de um Engenheiro Florestal. Mas há outras facetas da profissão que a sociedade não conhece.

Um projeto desenvolvido pelo Engenheiro Florestal Álvaro Garcia prevê a geração de trabalho e renda para comunidades indígenas de Aracruz a partir da recuperação ambiental. “Percebi que podia colocar meu conhecimento técnico a serviço dessas comunidades, que enfrentam sérias dificuldades, e fazer um trabalho diferente, que foge da rotina”, explica.

Já em fase de conclusão, o Plano de

Caieiras Velha, Pau Brasil, Irajá, Três Palmeiras, Boa Esperança e Piraquê-açu.

O Plano prevê, dentre outras ações, a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) existentes, em especial, as grotas que margeiam os plantios florestais. “Queremos recuperar a biodiversidade original das grotas através do plantio de espécies da Mata Atlântica. Vamos tirar os eucaliptos e plantar árvores nativas”, relata Álvaro.

Em reuniões com os representantes indígenas, surgiram outras reivindicações como a implantação de um viveiro para produção de mudas de essências florestais, o plantio consorciado de seringueira com palmeira imperial, o manejo de talhões de eucalipto para uso múltiplo e o resgate do conhecimento sobre a flora regional pela comunidade indígena.

De acordo com o Engenheiro, o Plano será submetido aos órgãos e instituições governamentais em nível federal, estadual e municipal visando a captação de recursos, assim como empresas privadas existentes na área de entorno da comunidade. Dentre os projetos, destaque é dado ao Viveiro de Produção de Mudas, cujas atividades servirão para alavancar outros projetos. “Nossa intenção é treinar e capacitar jovens índios para o trabalho no viveiro. É mais uma oportunidade de renda e emprego”.

Um dos principais problemas enfrentados nas aldeias indígenas é o desemprego. Convênios entre a Aracruz e instituições como Senac e Senai garantem cursos profissionalizantes gratuitos



PAULA STANGE

A COMUNIDADE INDÍGENA
CULTIVA MUDAS DE ESSENCIAS
FLORESTAIS

para a comunidade, realizados através da Associação Indígena Tupiniquim Guarani (AITG). São oferecidos cursos de mecânica de automóveis, de bombeiro hidráulico, pedreiro, carpintaria, costura industrial, culinária, corte de cabelo e manicure, entre outros.

Em agosto, representantes das aldeias Tupiniquim e Guarani visitaram a Reserva Natural da Vale do Rio Doce, em Linhares, onde passaram um dia conhecendo espécies florestais remanescentes do Estado e aprendendo como é feita a seleção de mudas de plantas como jacarandá, jequitibá rosa, peroba amarela, ipê amarelo, paraju, entre outras.

“Achei a visita muito proveitosa. Tudo o que aprendemos aqui, iremos ensinar para os demais da comunidade”, afirma o cacique Antonio Carvalho, da aldeia Boa Esperança. “Queremos trabalhar muito, mas sem agredir o meio ambiente. Por isso, é importante conhecermos as técnicas, o jeito certo de plantar”.



O ENGENHEIRO ÁLVARO GARCIA (ACIMA AO LADO DE UM GUARANI) AJUDA OS ÍNDIOS A RECUPERAREM A FLORESTA

Desenvolvimento Florestal e Ambiental da Terra Indígena de Caieiras Velha faz parte do aditivo ao termo de ajuste de conduta firmado em 1998, entre a empresa Aracruz Celulose e os índios da região. Depois da devolução das terras, a empresa pagou indenizações e se comprometeu a desenvolver projetos rurais junto às comunidades indígenas de

Acesso ao site do Crea cresceu 200%

O site do Crea-ES vem conquistando a preferência dos profissionais na busca por informações das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Em menos de um ano, o número de acessos cresceu mais de 200% registrando mais de 16 mil usuários só no mês de agosto, com uma média diária de 600 consultas.

Criado em 99, o site já passou por três reformulações e oferece vários serviços on line, além de permitir consulta de processos; débitos; Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs); atualização de endereços; solicitação de número de protocolo; obtenção de boletos bancários, etc. O site traz ainda informações do Movimento das Águas, do Serviço de Apoio aos Direitos do Consumidor, SEAD; do Programa de Educação Continuada, PEC; entre outros.

Uma pesquisa de opinião, realizada pelo Crea em janeiro, mostrou que o site é fonte de informação para 28% dos entrevistados, que sugeriram que a Internet e o e-mail fossem mais utilizados. Para suprir essa demanda, as equipes de Comunicação e Informática desenvolveram o Informativo Eletrônico, lançado em julho.

O gerente de Relacionamentos, jornalista Ronaldo Oakes, já tem novos planos para o site: “Devemos fazer uma reformulação em 2004 para acompanhar as mudanças normais do universo da informática e também para oferecer novos serviços on-line. Em 2005, fazendo parte das comemorações dos 45 anos do Crea, planejamos a implementação do projeto de máquinas de auto-atendimento. A última pesquisa do instituto Futura para o Crea-ES, mostrou que a ferramenta do site foi a que mais cresceu em utilização pelos profissionais e é por aí que pretendemos alcançar a excelência no atendimento”.

Números do Site

2002

| | |
|-----|------|
| out | 5416 |
| nov | 7328 |
| dez | 7620 |

2003

| | |
|-----|-------|
| jan | 8983 |
| fev | 9017 |
| mar | 9102 |
| abr | 9530 |
| mai | 10082 |
| jun | 10723 |
| jul | 13296 |
| ago | 16608 |

Informativo Eletrônico já é sucesso

O Informativo Eletrônico, lançado em julho deste ano, é o mais novo instrumento de Comunicação do Crea e foi criado com a finalidade de facilitar a comunicação com os profissionais.

“A criação do Informativo era a principal meta da Comunicação a ser implementada em 2003. E foi cumprida com grande sucesso”, comemora a Consultora de

Comunicação, Alcione Vazzoler.

O Informativo é atualizado diariamente, com notícias do Conselho, eventos, clipping eletrônico, e enviado por e-mail a mais de 400 pessoas, entre profissionais e leigos. “Quando idealizamos o projeto,

pensamos em criar um meio que disponibilizasse de forma rápida e eficiente aos profissionais as informações geradas pelo

Crea”, afirma a jornalista.

Para receber diariamente o Informativo, o usuário deve cadastrar-se no site do Crea (www.creaes.org.br). O cadastro é gratuito e os profissionais recebem ainda notícias relacionadas às áreas, colhidas em cerca de 40 sites informativos.

O Engenheiro André Ferraz Matos cadastrou-se no site do Crea para receber o Informativo e elogiou a iniciativa: “É um tipo de serviço muito interessante, moderno e direcionado aos profissionais”.